

Fernando Molica

Toffoli, enfim, piscou

Como dizem — ou diziam — os norte-americanos -, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, piscou. Não resistiu ao olho no olho relacionado à sucessão de medidas equivocadas por ele cometidas no caso do Master.

Ontem, o ministro divulgou nota em que, enfim, admite devolver o caso para instâncias inferiores. A história do banco corria na primeira instância até a defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro citar uma negociação imobiliária, que acabou não ocorrendo, entre ele e um deputado federal.

A fracassada operação de compra e venda com o parlamentar justificaria o uso do elevador processual e a desova do caso no STF, forçada de barra de dar inveja aos procuradores e juiz da Lava Jato, que jogaram numa vara federal de Curitiba (PR) quaisquer casos que pudessem ter alguma relação com seus suspeitos favoritos e a Petrobras.

Toffoli tratou de jogar cascas de banana para ele próprio escorregar, tomou decisões tão atabalhoadas que, diversas vezes, viu-se obrigado a voltar a atrás. Para piorar, vieram à tona casos como sua carona em jatinho de advogado do Master e a esquisita compra e venda, por irmãos do ministro, de um resort paranaense que tem um cassino entre suas atrações.

A situação chegou a tal ponto que ficou difícil até para colegas de Toffoli no STF sustentarem a situação do ministro. Era tanta gente criticando o relator que faz lembrar uma história contada pelo ex-governador Carlos Lacerda no “Depoimento”, ótimo livro organizado por Cláudio Lacerda.

Em 1954, Lacerda tentava obter apoios para forçar a renúncia do presidente Getúlio Vargas, e ouviu do general Carnobert Pereira da Costa, ex-ministro

da Guerra, que ele só se mobilizaria se até o Clube de Regatas do Flamengo entrasse na briga. Golpista vocacionado, Lacerda conseguiu a tal moção do clube da Gávea (recorri ao amigo Mário Magalhães, que este ano lançará o primeiro volume da biografia do ex-governador, para recordar detalhes do episódio).

É bem provável que, se acionadas, as torcidas dos grandes times brasileiros assinassem um pedido para que Toffoli abandonasse o barco do Master. Melhor pegar o caminho de volta do que se arriscar, lá na frente, ser destituído da relatoria. Ele já estará no lucro se alguma investigação não apontar nenhum indício mais relevante contra ele.

A futura saída do ministro da relatoria não resolverá, porém, todos os problemas ligados à investigação. Na época da Lava Jato, o então ministro Teori Zavascki citou um velho dito popular para definir a dimensão que o caso ganhara. Falou que, ao se puxar uma pena, viera uma galinha.

O master caso é pior. Tudo indica que galinheiros inteiros chegarão à Justiça caso as diferentes penas das investigações sejam devidamente puxadas. Como na história do roubo do INSS, é impossível que uma trama desse tamanho tenha existido sem parcerias e cumplicidades com diferentes níveis de poder (e variadas raças de galináceos).

É bem possível que, lá na frente, o caso volte ao STF, devidamente recheado com nomes que carreguem prerrogativas de foro em suas vastas penugens. Neste caso, porém, a investigação subirá sem despertar suspeitas. A trilha sonora para o evento poderá ser a marcha “Galinha pintadinha”: haverá no processo muitos galos que usam paletó.

Tales Faria

Da prisão, Bolsonaro comanda a direita com mão de ferro

Mesmo preso na Papudinha, em Brasília, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está comandando com mão de ferro a direita no país.

A maior demonstração de força do ex-presidente foi a visita do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao presídio nesta quinta-feira, 29, seguindo de entrevista vigiada de perto pelo filho Zero Dois do ex-presidente, o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL).

Tarcísio seguiu o roteiro que o filho Zero Um do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), antecipou à imprensa sobre o encontro então marcado para o dia 22.

“Tarcísio vai ouvir da boca de Bolsonaro que está fazendo um grande trabalho como governador de São Paulo e que sua reeleição é fundamental para a estratégia nacional de derrotar o PT. Eleições presidenciais estão descartadas para ele”, disse Flávio.

Irritado pelo filho que Bolsonaro escolheu como candidato ao Planalto antecipar as ordens que receberia, o governador desmarcou aquela visita. Mas nesta quinta-feira acabou anunciando que estava mesmo enterrada a candidatura a presidente.

Não é só neste episódio que Bolsonaro dá as cartas. Com seu clã ele promove intervenções nos destinos dos aliados nas eleições estaduais.

Os Bolsonaro suspenderam as negociações do PL no Ceará, onde o partido já havia definido se aliar ao ex-governador Ciro Gomes (PDT). Foi em dezembro. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro protestou durante um evento no estado. “Com Ciro não dá”, reclamou para surpresa de todos.

Só agora o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, está conseguindo retomar as negociações, mas encontra

dificuldades. Ele considera Ciro Gomes decisivo para enfrentar os petistas no estado.

Em Santa Catarina, o clã Bolsonaro desfez a chapa que o governador Jorginho Mello (PL) havia montado à reeleição tendo como candidatos ao Senado a deputada Carol de Toni (PL) e o senador Esperidião Amin (PP). Bolsonaro pai transferiu o filho Carlos do Rio de Janeiro para o estado e forçou que ele seja candidato a senador.

Esperidião ou a deputada Carol de Toni (PL) terão que ser defenestrados. O PL rachou internamente, e partidos aliados como o MDB e o PP ameaçam romper.

Em São Paulo, o filho Zero três do ex-presidente que está em autoexílio nos EUA, ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL), decidiu impor um amigo, o deputado estadual Gil Diniz, como candidato ao Senado. Atropelou a chapa que vinha sendo montada por Tarcísio de Freitas.

O governador havia definido que o ex-secretário de Segurança Guilherme Derrite (Progressistas) terá uma das vagas de candidato ao Senado e a outra ficaria entre a deputada estadual Rosana Valle (PL) ou o deputado federal Ricardo Salles (Novo). A esperança agora é que Tarcísio, tendo cedido na disputa pelo Planalto, consiga que Bolsonaro permita que ele faça a sua chapa em São Paulo.

“Imagina se eles voltam ao Palácio do Planalto com o Flávio eleito? Bolsonaro pai sai da prisão mais forte do que nunca. Será um verdadeiro ditador”, comentou reservadamente um senador considerado pela família como aliado.

É o mesmo temor que têm o centrão e a Faria Lima com a candidatura de Flávio Bolsonaro.

Claudia Maldonado*

Movimento antigênero: o silêncio como estratégia de poder

Em 2017, o Brasil decidiu ensinar pelo silêncio. Ao retirar a palavra “gênero” da Base Nacional Comum Curricular, não por revisão pedagógica, nem após debate técnico consistente, mas sob pressão política organizada, o país transformou a omissão em política educacional (Brasil, 2017). Desde então, o silêncio passou a integrar oficialmente o currículo. Este texto nasce dessa escolha.

Porque apagar uma palavra nunca é apenas apagar uma palavra. É definir o que pode ser nomeado, discutido e protegido. E, quando se apaga “gênero”, apagam-se junto as desigualdades que atravessam a vida de meninas e mulheres — muitas vezes de forma invisível, mas sempre concreta.

O chamado movimento antigênero não é espontâneo nem desorganizado. Ele é estruturado, financiado e transnacional. Repete discursos semelhantes em países distintos porque responde a um objetivo claro: conter mudanças nas relações de poder, sobretudo aquelas que deslocam o lugar das mulheres na família, no trabalho e no espaço público. O discurso invoca valores; a prática preserva hierarquias (Kuhar & Paternotte, 2017; Corrêa, 2021).

A educação tornou-se o principal campo de batalha por uma razão simples: é ali que desigualdades começam — ou podem ser interrompidas. Não é na Constituição nem nos tribunais que uma menina aprende se pode liderar, ocupar espaço ou errar sem culpa. É na escola. Quem controla o que pode ser ensinado controla também o que pode ser imaginado.

Para que esse sistema funcione, conceitos distintos são deliberadamente aproximados e tratados como equivalentes. Sexo biológico, gênero e identidade de gênero, categorias distintas, com funções analíticas diferentes que passam a circular sob um único rótulo genérico. Não para esclarecer, mas para empobrecer o debate público. Esse empobrecimento não é efeito colateral: cria o ambiente ideal para interromper políticas voltadas à igualdade (UNRISD, 2023).

O mecanismo central dessa ofensiva é bloquear o debate racional por meio de narrativas alarmistas. Não se apresentam riscos concretos; constroem-se ameaças difusas. Termos técnicos cedem lugar a slogans. Políticas públicas passam a ser tratadas como perigos imprecisos. A palavra “gênero” é carregada de um sentido que nunca se define com clareza, porque sua função não é explicar, mas paralisar (Kuhar & Paternotte, 2017).

Os dados desmontam a narrativa da reação espontânea. Pesquisas internacionais indicam que bilhões de dólares circulam globalmente para

financiar campanhas antigênero, valores muito superiores aos destinados à promoção da igualdade entre mulheres e homens. Levantamento do Global Philanthropy Project estima que, entre 2008 e 2017, organizações e fundações associadas a essas agendas movimentaram cerca de US\$ 6,2 bilhões, com mais de US\$ 1 bilhão direcionado a campanhas internacionais (Global Philanthropy Project, 2018).

*Advogada, Presidente do Brasília Convention & Visitors Bureau e Vice-Presidente Institucional de UNEdestinos